

*Exmo. Senhor*

*Presidente da Assembleia Municipal de Sintra*

*Dr. Sérgio Sousa Pinto*

Sua referência

Sua Comunicação

Nossa referência

Data

GAOM

04.10.2019

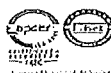
ASSUNTO: Proposta n.º 794-P/2019

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea k) do n.º 2 do artigo 25.º do RJAL, aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12, de setembro e na Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, solicito a V. Exa. que submeta a apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta acima identificada, aprovada na reunião de Câmara realizada a 4 de outubro de 2019.

Com os melhores cumprimentos,

O PRESIDENTE DA CÂMARA

  
*Basílio Horta*



Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais - Secção de Apoio aos Órgãos Municipais  
Largo Dr. Virgílio Horta, 2714-501 Sintra /Telefones: +351 219238642/8606 [gaom@cm-sintra.pt](mailto:gaom@cm-sintra.pt)

CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA

**DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL**

*(texto aprovado em minuta)*

7

Nos termos do Art.º 57.º, n.º 3 e 4 do RJAL aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro; artigo 34.º, n.ºs 4 e 6 do Código do Procedimento Administrativo aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015 de 7 de janeiro; e da deliberação da Câmara, tomada na Reunião Extraordinária e Pública de 30 de outubro de 2017 que aprovou por unanimidade a Proposta n.º 824-P/2017, a Câmara aprovou em minuta o texto da deliberação tomada na **Reunião Ordinária de 04-10-2019**.

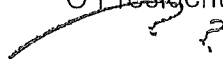
Proposta n.º 794-P/2019, subscrita pelo Sr. Presidente, que se anexa:

VOTAÇÃO:

*Aprovada por unanimidade.*

Sala das Reuniões da Câmara Municipal de Sintra, em 4 de outubro de 2019.

O Presidente



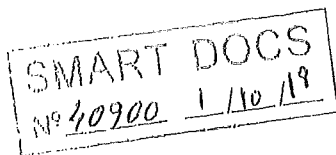
Basílio Horta

O Coordenador Técnico



Vitor Castro





## Proposta n.º 794 - P/2019

Considerando que o Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, veio reiterar a natureza genérica das atribuições autárquicas, pelo que as matérias que respeitem à promoção e à salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações devem ser caracterizadas como obrigações de natureza prestacional, de fomento ou outra, necessariamente a cargo das autarquias locais (ex vi do disposto no nº 1 do artigo 23º);

Considerando que as atribuições municipais devem ser parametrizadas à luz do regime legal vigente, particularmente no que respeita à distribuição das obrigações de serviço público entre a Administração Central e a Administração Local, com vista à efectiva satisfação das necessidades coletivas envolvidas;

Considerando que, nesse contexto, importa ter presente o regime jurídico recentemente introduzido na ordem jurídica nacional, por via da publicação da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, a qual estabeleceu o quadro de transferência de competências para as autarquias locais, ao abrigo dos princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local;

Considerando que os Órgãos Municipais deliberaram genericamente para o ano de 2019 a não aceitação do exercício das competências transferidas por força da concretização da Lei nº 50/2018;

Reunião de

04 OUT. 2019

Docº Agendado com o  
Nº 7

1



Considerando que para veicular a devida ponderação relativamente ao ano de 2020, foi constituído um Grupo de Missão com vista à verificação concreta da viabilidade do exercício das novas competências;

Considerando que o contributo do Grupo de Missão incidiu sobre os diplomas de concretização da transferência de competências publicados até à data da conclusão dos trabalhos;

Considerando que o Decreto-Lei nº 116/2019, de 21 de agosto, veio concretizar a transferência de competências no âmbito da cogestão das áreas protegidas, tendo o mesmo entrado em vigor no dia imediatamente seguinte ao da sua publicação (22 de agosto);

Considerando que à data do contributo do Grupo de Missão e aquando da pronúncia dos Órgãos Municipais (quer relativamente a 2019, quer para o ano de 2020) ainda não havia sido publicado o Decreto-Lei nº 116/2019;

Considerando que do nº 2 do artigo 23º do Decreto-Lei nº 116/2019 resulta que, relativamente ao ano de 2019, os Municípios podem comunicar, até ao dia 21 do mês de outubro, a não aceitação do exercício das novas competências envolvidas;

Considerando que os serviços verificaram, mediante consulta à página da DGAL, que esta Direção-Geral entende que a decisão de não aceitação do exercício das competências referente ao ano de 2020 deve ser comunicada até ao dia de hoje (30 de setembro), quando para o corrente ano o poderá ser até ao dia 21 do próximo mês, como se viu;

Reunião de

04 OUT. 2019

Docº Agendado com o  
Nº 7

Considerando a orientação genericamente assumida pelos Órgãos Municipais em todo o processo de transferência de competências, os quais, como se referiu, entenderam que não deve ser aceite o exercício de novas competências nos casos em que o mesmo assuma contornos e obrigações desconhecidos;

Considerando, no entanto, que o Decreto-Lei nº 116/2019 vem definir o modelo de cogestão das áreas protegidas, concretizando devidamente o princípio da participação dos órgãos municipais na respetiva gestão, sendo que as novas competências envolvidas são marcadamente instrumentais e veiculadoras daquela participação, assumindo-se o seu exercício como suficiente e adequadamente enquadrado e previsível, o mesmo sucedendo a propósito das respetivas obrigações;

Considerando a agilização de procedimentos e de relacionamento com as entidades da Administração Central que a cogestão envolverá, mormente no que concerne ao Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., assaz importante, atenta a realidade da Serra de Sintra e das demais áreas florestais do Município;

Considerando que a presidência da comissão de cogestão da área protegida irá ser exercida por uma das Autarquias envolvidas, que no caso vertente são Sintra e Cascais, é do maior interesse para o Município exercer as funções que por força do Decreto-Lei nº 116/2019 lhe serão transferidas;

Considerando o que ficou aduzido, afigura-se útil e necessária a aceitação do exercício das competências materiais de cogestão agora consagradas pelo Decreto-Lei nº 116/2019 já durante o ano de 2019;

Reunião de

04 OUT. 2019

Doc.º Agendado com o  
Nº 7

3



**SINTRA**  
CÂMARA MUNICIPAL  
PRESIDÊNCIA

Considerando a data da publicação do Decreto-Lei nº 116/2019 e a própria interpretação sufragada pela DGAL, era evidente a exiguidade e inviabilidade do prazo entretanto concedido às Autarquias para efeitos de ponderação e pronúncia por parte dos Órgãos Municipais, revelando-se inviável obter a atempada pronúncia dos Órgãos Municipais;

Considerando o que ficou expandido, proferi o Despacho nº 74-P/2019, o qual agora anexo à presente Proposta e dou como integralmente reproduzido.

Nestes termos e ao abrigo do disposto no artigo 4º da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, nos artigos 32º e 35º, nº 3, do regime jurídico aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e no artigo 164º do CPA:

**Tenho a Honra de propor** à Câmara Municipal que delibere ratificar o entendimento vertido no meu Despacho nº 74-P/2019 e remeter a presente Proposta à Assembleia Municipal, para idêntica finalidade, no sentido de não ser comunicada à DGAL a não aceitação do exercício das competências previstas no Decreto-Lei nº 116/2019, de 21 de agosto, para os anos de 2019 e de 2020, valendo tal ausência de comunicação como aceitação do exercício das referidas competências, nos termos do disposto na Lei nº 50/2018 e respetivos diplomas concretizadores.

Paços do Município de Sintra, 30 de setembro de 2019

O Presidente da Câmara,

(Basílio Horta)

Reunião de

04 OUT. 2019

Docº Agendado com o  
Nº 7





**SINTRA**  
CÂMARA MUNICIPAL  
PRESIDÊNCIA

**Despacho n.º 74 – P/2019**

Considerando que a prossecução da missão de serviço público legalmente cometida às Autarquias constitui o principal objetivo dos serviços municipais, atendendo à imanente satisfação das necessidades coletivas das populações;

Considerando que a respetiva atividade prestacional envolvida deve pautar-se por critérios de racionalidade, eficácia, eficiência e demais vetores indutores da otimização dos resultados, sempre orientados para a progressiva melhoria das condições de vida das populações;

Considerando que o Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, veio reiterar a natureza genérica das atribuições autárquicas, pelo que as matérias que respeitem à promoção e à salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações devem ser caracterizadas como obrigações de natureza prestacional, de fomento ou outra, necessariamente a cargo das autarquias locais (ex vi do disposto no nº 1 do artigo 23º);

Considerando que as atribuições municipais devem ser parametrizadas à luz do regime legal vigente, particularmente no que respeita à distribuição das obrigações de serviço público entre a Administração Central e a Administração Local, com vista à efectiva satisfação das necessidades coletivas envolvidas;

Considerando que, nesse contexto, importa ter presente o regime jurídico recentemente introduzido na ordem jurídica nacional, por via da publicação da

Reunião de

04 OUT. 2019

1

Docº Agendado com o  
Nº 7





SINTRA

CÂMARA MUNICIPAL

PRESIDÊNCIA

Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, a qual estabeleceu o quadro de transferência de competências para as autarquias locais, ao abrigo dos princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local;

Considerando que os Órgãos Municipais deliberaram genericamente para o ano de 2019 a não aceitação do exercício das competências transferidas por força da concretização da Lei nº 50/2018;

Considerando que, nesse âmbito, e para veicular a devida ponderação respeitante ao ano de 2020, foi constituído um Grupo de Missão com vista à verificação concreta da viabilidade do exercício das novas competências;

Considerando que o contributo do Grupo de Missão incidiu sobre os diplomas de concretização da transferência de competências publicados até à data da respetiva conclusão;

Considerando que os Órgãos Municipais só aceitaram exercer as competências na área da educação e da gestão do património imobiliário público sem utilização, porquanto seriam as únicas áreas em que se poderia assegurar uma mínima previsibilidade e suficiente conhecimento das repercussões materiais envolvidas, tal como oportunamente ficou devidamente demonstrado;

Considerando que o Decreto-Lei nº 116/2019, de 21 de agosto, veio concretizar a transferência de competências no âmbito da cogestão das áreas protegidas, tendo o mesmo entrado em vigor no dia imediatamente seguinte ao da sua publicação (22 de agosto);

Reunião de

04 OUT, 2019

2

Docº Agendado com o

Nº 7





Considerando que à data do contributo do Grupo de Missão e da pronúncia dos Órgãos Municipais (quer a respeitante a 2019, quer a referente a 2020) ainda não havia sido publicado o Decreto-Lei nº 116/2019;

Considerando que do nº 2 do artigo 23º do Decreto-Lei nº 116/2019 resulta que, para o ano de 2019, os Municípios podem comunicar, até ao dia 21 do próximo mês de outubro, a não aceitação do exercício das novas competências envolvidas;

Considerando que os serviços verificaram agora, mediante consulta à página da DGAL, que esta Direção-Geral entende que a decisão de não aceitação do exercício das competências referente ao ano de 2020 deve ser comunicada até ao dia de hoje (30 de setembro), quando para o corrente ano o poderá ser até ao dia 21 do próximo mês, como se viu;

Considerando a orientação genericamente assumida pelos Órgãos Municipais em todo o processo de transferência de competências, os quais, como se referiu, entendem que não deve ser aceite o exercício de novas competências nos casos em que o mesmo assumia contornos e obrigações desconhecidos;

Considerando, no entanto, que o Decreto-Lei nº 116/2019 vem definir o modelo de cogestão das áreas protegidas, concretizando o princípio da participação dos órgãos municipais na respetiva gestão, sendo que as novas competências envolvidas se perfilam como marcadamente instrumentais e veiculadoras daquela participação, assumindo-se o seu exercício como suficientemente enquadrado e previsível, o mesmo sucedendo com as inerentes obrigações;

Reunião de

04 OUT. 2019

3

Dotº Agendado com o  
Nº 7





**SINTRA**  
CÂMARA MUNICIPAL  
PRESIDÊNCIA

Considerando a agilização de procedimentos e de relacionamento com as entidades da Administração Central agora envolvida, mormente no que respeita ao Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., assaz importante, atenta a realidade da Serra de Sintra e das demais áreas florestais do Município;

Considerando o que ficou aduzido, afigura-se útil e necessária a aceitação do exercício das competências materiais de cogestão agora consagradas pelo Decreto-Lei nº 116/2019 já durante o ano de 2019;

Considerando que a presidência da comissão de cogestão da área protegida irá ser exercida por uma das Autarquias envolvidas, que no caso vertente são Sintra e Cascais, é do maior interesse para o Município exercer as funções que por força do Decreto-Lei nº 116/2019 lhe serão transferidas;

Considerando os prazos envolvidos que tornam inviável a obtenção da atempada pronúncia dos Órgãos Municipais.

**Determino** que não seja comunicada à DGAL a não aceitação do exercício das competências previstas no Decreto-Lei nº 116/2019, de 21 de agosto, para os anos de 2019 e de 2020, valendo tal ausência de comunicação como aceitação do exercício das referidas competências, nos termos do disposto na Lei nº 50/2018 e respetivos diplomas concretizadores.

Reunião de

04 OUT. 2019

4

Docº Agendado com nº

Nº 7





SINTRA

CÂMARA MUNICIPAL

PRESIDÊNCIA

Mais determino que o presente Despacho seja comunicado à próxima Reunião de Câmara e à próxima sessão de Assembleia Municipal para efeitos de apreciação do entendimento agora expendido.

Publicite-se, nos termos gerais.

Paços do Município de Sintra, 30 de setembro de 2019

O Presidente da Câmara,

(Basílio Horta)

Reunião de

04 OUT, 2019

Docº Agendado com o  
Nº 7

5

